

**16. PROGRAMA MUNICIPAL DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR
2020/2021 – PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO TRIPARTIDOS:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta da minuta do protocolo de Colaboração Tripartido a celebrar entre o Município de Braga, os Agrupamentos de Escolas e as Entidades parceiras executoras nos moldes exarados na minuta, que se anexa.

Nº Informação: 35556

Data: 17/07/2020

Assunto: Programa Municipal das Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano letivo 2020/2021

Exma. Sra. Chefe da Divisão de Educação,

No âmbito das suas competências legalmente atribuídas, o Município de Braga retomou no ano letivo 2018/2019 a promoção e desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular para os alunos do 1º ciclo do ensino básico das escolas da rede pública do concelho, através do estabelecimento de protocolos tripartidos com os Agrupamentos de Escolas e entidades externas, escolhidas por cada Agrupamento.

Considerando a preparação do ano letivo 2020/2021, assim como as avaliações muito positivas que este Programa tem recebido, quer da parte dos Agrupamentos de Escolas mas também de outros elementos da comunidade educativa, propõe-se a manutenção da estrutura de funcionamento deste Programa sendo necessário, para tal, a submissão e aprovação em reunião de Executivo Municipal de uma proposta.

Concedo.

À consideração superior,

I/36352/2020

PROPOSTA A EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO: Programa Municipal de Enriquecimento Curricular 2020/2021

Protocolos de Colaboração Tripartidos

Considerando:

- a) o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, diploma que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação e que revogou expressamente através do seu artigo 70º, o Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho;
- b) o nº 1 do artigo 76º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro que estabelece quanto à produção de efeitos o dia 1 de janeiro de 2019, sem prejuízo da sua concretização gradual nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 20 de agosto, e do disposto no número seguinte, ou seja, a possibilidade de o Município não aceitar as competências até 1 de janeiro de 2021;
- c) que o Município deliberou, quanto a 2019, recusar todas as transferências, no que respeita às Atividades de Enriquecimento Curricular, considera-se, o disposto no artigo 41º do referido Decreto-Lei nº 21/2019, e no artigo 74.º - Escola a tempo inteiro: *“Até ao início de vigência do decreto-lei previsto no artigo 41.º, mantêm-se em vigor toda a legislação e regulamentação aplicável às atividades de apoio à família, componente de apoio à família e atividades de enriquecimento curricular, em tudo o que não for contrário ao presente decreto-lei.”*.

Assim,

- a) considerando a necessidade do Município de Braga, enquanto entidade promotora, dar continuidade ao modelo de implementação do Enriquecimento Curricular adotado no ano letivo 2018/2019 e 2019/2020, tendo em consideração a avaliação efetuada pela Direção dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga;


- b) atendendo à Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, aplicável aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, que define as regras a observar no que respeita:
- à organização, funcionamento e oferta das atividades de enriquecimento curricular (AEC), artigo 1º,
 - nos termos do artigo 15º, alínea b), as autarquias locais, enquanto entidades promotoras das AEC,
 - à possibilidade das entidades promotoras poderem constituir parcerias com outras entidades públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, para a concretização das AEC, artigo 14º,
 - ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério de Educação e Ciência (MEC) às entidades promotoras das atividades de enriquecimento curricular, artigo 20º;

nos termos do artigo 15º da Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, as autarquias locais, enquanto entidades promotoras das atividades de enriquecimento curricular (AEC), estabelecem Protocolos de Colaboração com os respetivos Agrupamentos de Escolas.

Face ao exposto, propõe-se a submissão ao Executivo Municipal da minuta do Protocolo de Colaboração Tripartido a celebrar entre o Município de Braga, os Agrupamentos de Escolas e as Entidades Parceiras executoras nos moldes exarados na minuta, que se anexa.

Município de Braga, de 20 de julho de 2020

A Vereadora da Educação



Lídia Brás Dias, (Dra.)

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Entre:

O **Município de Braga**, adiante designada por «Entidade Promotora», pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede em Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato representado pelo seu presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio,

O **Agrupamento de Escolas** _____, adiante designado por «Agrupamento», com sede em _____, 0000-000 _____, pessoa coletiva de direito público NIPC _____, no presente ato representado pelo(a) Diretor(a), _____.

E

A/O _____, adiante designada por «Entidade Parceira», pessoa coletiva n.º _____, com sede em _____, 0000-0000 _____, no presente ato representada pelo seu presidente/diretor(a) _____.

É celebrado um protocolo de colaboração, adiante designado por “Protocolo”, que é integrado pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. O presente Protocolo regula a parceria entre a Entidade Promotora, o Agrupamento de Escolas e a Entidade Parceira, com o objetivo de implementar as Atividades de Enriquecimento Curricular, adiante designado “AEC”, de acordo com a Portaria n.º 644-A/2015 (2.ª série) de 24 de agosto, nas seguintes escolas básicas do 1º ciclo do ensino básico pertencentes ao Agrupamento:

EB de _____

EB de _____

EB de _____

EB de _____

(a listar todas as Escolas do 1ºCEB envolvidas)

2. As AEC e a respetiva duração semanal a que se refere o número anterior são as seguintes:

Domínio	Designação da AEC	Duração semanal (em minutos)

3. As AEC são oferecidas ao seguinte número de alunos, por ano de escolaridade, nelas inscritos em cada uma das escolas:

EB1 de _____

Designação da AEC	Ano de escolaridade	N.º de alunos

(Copiar tantas vezes quantas as escolas existentes)

4. As AEC têm lugar nos seguintes locais:

Estabelecimento de ensino	Designação da AEC	Local de funcionamento

(Listar todas as escolas envolvidas e todos os espaços utilizados)

5. Número de horas necessários por atividade e estabelecimento de ensino:

Estabelecimento de ensino	Designação da AEC	N.º total de horas (hora = 60 minutos)

Cláusula 2.ª

(Princípios Orientadores)

As AEC desenvolvem-se de acordo com os objetivos definidos no Projeto Educativo do Agrupamento, atendendo ao contexto da escola, com o objetivo de atingir o equilíbrio entre os interesses dos alunos, a formação e perfil dos profissionais que as asseguram e os recursos materiais e imateriais de cada território, e constam do Plano Anual de Atividades.

Cláusula 3.ª

(Direitos e Responsabilidades)

1. A Entidade Promotora compromete-se a:

- a)** Implementar as AEC em parceria com o Agrupamento e com a Entidade Parceira de acordo com a planificação aprovada pelo Conselho Geral sob proposta do Conselho Pedagógico;
- b)** Garantir a existência dos recursos humanos, materiais (material didático e de desgaste) e de espaços necessários ao desenvolvimento das AEC, assegurando a boa prestação das mesmas e a existência das adequadas condições de funcionamento e segurança das instalações;
- c)** Envolver o Agrupamento no processo de seleção dos profissionais a afetar a cada AEC;
- d)** Definir os horários e a organização das atividades em parceria com o Agrupamento, no cumprimento das decisões do Conselho Geral;

2. O Agrupamento de Escolas compromete-se a:

- a)** Desenvolver e coordenar as AEC em parceria com a Entidade Promotora e com a Entidade Parceira, de acordo com a planificação aprovada pelo Conselho Geral sob proposta do Conselho Pedagógico;
- b)** Partilhar os recursos humanos, técnico-pedagógicos (nomeadamente, material didático e equipamentos) e de espaços existentes no conjunto de escolas do agrupamento;
- c)** Participar no processo de seleção dos profissionais a afetar a cada AEC;
- d)** Afetar os recursos docentes de carreira para a realização de uma ou mais AEC, de acordo com o disposto no nº 2, do artigo 16º da portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto;
- e)** Definir os horários e a organização das atividades em parceria com a Entidade Promotora e com a Entidade Parceira;
- f)** Assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das AEC, tendo em vista garantir a sua qualidade e a articulação com as atividades curriculares, nomeadamente:
 - Promovendo a integração das AEC no Projeto Educativo do Agrupamento;
 - Envolvendo os professores titulares de turma no planeamento e acompanhamento da execução das atividades e na sua supervisão pedagógica;

- Criando mecanismos de comunicação e articulação entre os professores titulares de turma e os técnicos/profissionais das AEC e entre estes e os Departamentos Curriculares;
- Acionando o Seguro Escolar, nos termos legais, caso ocorra algum incidente no âmbito das AEC, bem como nos trajetos para e de volta das atividades e em atividades realizadas fora das instalações escolares.

3. A Entidade Parceira compromete-se a:

- a)** Implementar as AEC em parceria com o Agrupamento e com a Entidade Promotora, de acordo com a planificação aprovada pelo Conselho Geral sob proposta do Conselho Pedagógico;
- b)** Garantir a existência dos recursos humanos, materiais (material didático e de desgaste) e de espaços necessários ao desenvolvimento das AEC, assegurando a boa prestação das mesmas e a existência das adequadas condições de funcionamento e segurança das instalações;
- c)** Envolver o Agrupamento e a Entidade Promotora no processo de seleção dos profissionais a afetar a cada AEC;
- d)** Definir os horários e a organização das atividades em parceria com o Agrupamento e com a Entidade Promotora, no cumprimento das decisões do Conselho Geral;
- e)** Em contexto extraordinário que implique o afastamento das aulas presenciais, assegurar as atividades de forma assíncrona e síncrona, adequando as metodologias adotadas incluindo a replanificação, produção e efetivação de instrumentos diversificados, de acordo com os interesses dos Agrupamentos Escolas.

Cláusula 4.ª

(Entrada em Vigor e Duração)

O presente Protocolo entra em vigor a partir da data da sua assinatura e vigorará até (____ de _____ de 2021) ao término das atividades letivas.

Cláusula 5.ª

(Revisão do Protocolo)

O presente Protocolo deverá ser revisto sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente quando:

- ocorrer alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- a revisão seja indispensável para adequar o Protocolo aos objetivos prosseguidos;

- em qualquer outro caso, sempre que haja consenso entre as Partes.

Quaisquer alterações ao presente Protocolo constarão de aditamentos propostos e celebrados pelas partes, sempre que o julguem conveniente para a modificação ou adequação às exigências das AEC e da parceria.

Cláusula 6.ª

(Cessação do Protocolo)

O presente Protocolo pode ser denunciado, por escrito, por qualquer uma das partes com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente ao termo do prazo, desde que da mesma não decorra a suspensão ou inviabilização das atividades em curso.

O Protocolo pode cessar, a todo o tempo, se os outorgantes, por exclusivo e de comum acordo, o decidirem expressamente, ou se se vierem a alterar as condições em que se baseou a sua celebração.

_____, ____ de _____ de 2020

A Entidade Promotora
Município de Braga

Agrupamento de Escolas _____

O Presidente

O/A Diretor/a

A Entidade Parceira
